



Considerando que, o CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) é um dos documentos básicos mais importantes do brasileiro. Sem esse documento é impossível realizar diversos atos atinentes à vida civil, entre eles abrir conta bancária e realizar compras à prazo;

Considerando que, todos os demais documentos como certidão de nascimento, atestado de óbito, carteira de identidade, título de eleitor, certificado de reservista militar e carteira de trabalho são gratuitos;

Considerando que, a Instrução Normativa nº. 70, de 2000, da Secretaria da Receita Federal, em vigor, que dispõe sobre a sistemática do Cadastro de Pessoas Físicas, determina que os atos de inscrição da pessoa física e a solicitação de emissão de segunda via do cartão do CPF, serão executados, através de convênios, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A;

Considerando que, segundo a Instrução Normativa, acima citada, as entidades conveniadas poderão cobrar o valor máximo de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), pela inscrição da pessoa física no Cadastro das Pessoas Físicas e emissão de segunda via do cartão do CPF;

Considerando que, inúmeros são os brasileiros que não dispõe de condições financeiras para pagar pelo serviço.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, apela ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, objetivando que gestões sejam implementadas junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social para que a Instrução Normativa nº. 70, de 2000, da Secretaria da Receita Federal, que dispõe sobre a sistemática do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, seja alterada no § 1º do Art. 3º, passando a isentar da taxa de inscrição da pessoa física no CPF e emissão da segunda via do cartão os reconhecidamente pobres, como inteira medida de justiça.

Sala das Sessões, em...

Serviço de Processo Legislativo Berviço de Processo Legislativo Publicado no DIARIO OFICIAL de Alemando De Processo Legislativo Publicado no DIARIO OFICIAL de Alemando De Processo Legislativo Publicado no DIARIO OFICIAL de Alemando DE PROTOCOLO LEGISLAT Deputado Estadual

Serviço de Suporte e Contrenção Esta proposição contém (assinatura) SSC. 10 / 8 / 900

Autuado com O folhas

Ass. Conferente

1.573

**C.**(3)

0

Folha	8
Proc.	4950
	lla

Nos termos do artigo 156, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 114<sup>a</sup> a 114<sup>a</sup> Sessões Ordinárias (de 14 a 18/08/00), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 18/08/00